

Companhia
Energética
Sinop S.A.
(Pré-operacional)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017
e 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações de resultados	15
Demonstrações de resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Demonstrações dos valores adicionados	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Companhia Energética Sinop S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

1. Perfil da Companhia

A Companhia Energética Sinop S.A. – Sinop Energia (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, constituída em 28 de outubro de 2013. A Companhia é controlada por meio de Acordo de Acionista (“Acordo”), do qual todos os acionistas fazem parte, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE Sinop”), no Rio Teles Pires, localizada no Estado do Mato Grosso, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada na Cidade de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Avenida das Sibipirunas, nº 3662 - Centro.

A partir de 11/12/2014 a Companhia teve seu controle acionário alterado conforme a Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária e anexos, registrados na Junta Comercial do Distrito Federal, a partir de quando a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., passou a integrar o quadro de acionista.

Em 2 de fevereiro de 2017, complementado em 3 de março de 2017, a Companhia protocolou junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) – (Processo SEI nº 19957.001002/2017-00) a solicitação de registro inicial de companhia aberta, Categoria “B”, sem emissão pública concomitante. Em 22 de junho de 2017, a CVM concedeu o Registro de Emissor - Categoria “B” através do Ofício RIC nº 11/2017/CVM/SEP.

2. Implantação do Empreendimento

A Usina Hidrelétrica (UHE) Sinop, em implantação no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda), estado de Mato Grosso, terá potência instalada de 401,88 MW, com reservatório a ser formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. A garantia física de energia da UHE Sinop para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 239,8 MW médios.

A Companhia Energética Sinop (Sinop Energia) é detentora, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da concessão para explorar o potencial de energia hidráulica gerada pelo empreendimento, direito este que lhe foi concedido como resultado do Leilão ANEEL, realizado em 29/08/13 e foi constituída em cumprimento aos termos do Edital para contratação de energia proveniente de novos empreendimentos.

Em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 90% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado.

Conforme cronograma constante do Contrato de Concessão, as unidades geradoras da UHE Sinop estavam previstas para estar em pleno funcionamento em maio de 2018. Entretanto, em virtude de situações que acarretaram na paralisação das atividades construtivas ou em impedimentos de acesso a áreas vitais para a execução de serviços inerentes à implantação das obras civis principais, houve a necessidade de adequação do cronograma construtivo da UHE Sinop. Neste contexto, destacam-se os seguintes entraves associados às obras de implantação da UHE Sinop:

Entraves Ambientais/Judiciais

- Suspensão da Licença de Instalação da Usina (LI nº 63544/2014) pelo período de 01/04/2014 a 10/07/2014, em razão de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal por suposta irregularidade no Processo de Licenciamento da UHE Sinop. A liminar que suspendeu a LI foi publicada em 01/04/2014, a Sinop Energia interpôs recurso contra essa decisão em 08/05/2014 e em 10/07/2014 a LI pôde então ser reestabelecida;
- Suspensão da Autorização de Imissão Provisória na Posse da área necessária à implantação do canteiro de obras, pois, mesmo tendo a Sinop Energia ingressado com ação de desapropriação para viabilizar a posse, em 06/06/2014, a efetivação da posse foi prejudicada em razão de contestações judiciais que depois se demonstram improcedentes. Assim, somente em 08/10/2014, conforme Auto de Imissão, foi cumprido o mandado de Imissão Provisória na Posse em favor da Sinop Energia;
- Embargo da execução da lavra de arenito, extração e beneficiamento, em face de Termo de Embargo/Interdição nº 123687 e Auto de Infração nº 135538, lavrado em 22/10/2015 pela SEMA/MT, que determinou o embargo de tais atividades. Nada obstante a diligência da Sinop Energia, que ajuizou ação judicial, logo em 28/10/2015, para superar tal obstáculo, o embargo foi restaurado em 14/12/2015 e somente pôde ser superado quando, após anulação do referido embargo na esfera administrativa pelo próprio órgão ambiental em 24/03/2016, o Poder Judiciário julgou improcedente o processo judicial em face da perda de objeto em 26/07/2016;
- Atrasos do órgão ambiental na emissão das Autorizações de Supressão Vegetal (ASV) necessárias para se realizar a exploração de áreas de empréstimo de solo e rocha situadas à margem esquerda do rio Teles Pires, cuja utilização do material seria imprescindível para a construção das ensecadeiras de desvio do rio, e depois para a construção da barragem propriamente dita. Esses atrasos acarretaram impactos na sequência construtiva do empreendimento, inclusive no desvio do rio Teles Pires durante o período seco de 2016, com perda de janela hidrológica. Para a área de empréstimo de solo, referida ASV foi emitida aproximadamente 14 meses após a sua solicitação. Para a área de empréstimo de rochas, referida ASV foi emitida aproximadamente 08 meses após sua solicitação. Além disso, destaca-se o atraso do órgão ambiental também para a emissão da ASV associada à área da Linha de Transmissão 500kV UHE Sinop – SE Cláudia, a qual foi emitida aproximadamente 10 meses após sua solicitação.

Entrave Acesso SIN

- Alteração do bay de conexão na SE Claudia, fato que veio a ser comunicado em 19/06/2015, pela transmissora acessada (Matrinchã Transmissora S.A.), sob a justificativa de que seria necessário licitar a ampliação do pátio da SE Cláudia para viabilizar a conexão do empreendimento, dada a solicitação da ANEEL de implantação do 3º circuito da LT Claudia-Paranaíta. Companhia apresentou uma solução técnica a ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) de conexão ao bay imediatamente ao lado daquele previsto e chegou-se ao consenso, de forma definitiva, conforme item 5 da Carta ONS 0100/200/2017 de 6 de fevereiro de 2017.

Entrave Financeiro

- Atraso de cerca de 8 meses no financiamento junto ao BNDES, pois, muito embora a Sinop Energia tenha iniciado as tratativas com antecedência, a referida instituição financeira fez exigência inédita quanto à necessidade de previsão, no âmbito do contrato de financiamento, de medida mitigadora quanto aos efeitos do risco hidrológico, tendo em vista discussões judiciais associadas ao tema GSF/MRE. Outra dificuldade enfrentada diz respeito à exigência de solução alternativa para as garantias da parcela do financiamento correspondente às participações das acionistas Eletronorte e Chesf, em função de exigências do BNDES.

Tendo presente todo este cenário, apesar dos esforços e diligência da Companhia em superar tais obstáculos, certas etapas do cronograma restaram comprometidas, sendo estimado um atraso médio na conclusão do empreendimento de 10 a 12 meses, com a entrada em operação comercial da Unidade Geradora 01 e da Unidade Geradora 02 prevista para 31/12/2018. Na avaliação da Administração e apoiada em avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, não há obrigação contratual a ser registrada nas demonstrações financeiras em razão do referido atraso, cujo assunto continuará sendo objeto de monitoramento contínuo pela Administração.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da UHE Sinop. A partir de dezembro de 2017, com a previsão para o início das atividades em 1º de janeiro de 2018 (cronograma do Contrato de Concessão), a Companhia incorreu em gastos com a aquisição de lastro de energia e de energia física perante terceiros para cumprir com as obrigações junto às distribuidoras de energia elétrica conforme os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) o valor de R\$ 36,2 milhões, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A Companhia possui capital autorizado de R\$ 1,88 bilhões, sendo que as subscrições e integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração.

Coube ao Governo regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica no Rio Teles Pires, Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, denominada UHE Sinop com potência instalada mínima de 401,88 MW. A garantia física de energia da UHE para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 239,8 MW médios.

Até 31 de dezembro de 2017, os investimentos contabilizados ao ativo imobilizado, para a construção do empreendimento totalizaram R\$ 2,2 bilhões, (R\$ 1,4 bilhões, até 31 de dezembro de 2016).

Localizada no Rio Teles Pires, a Bacia do Rio Teles Pires, inserida na Bacia Amazônica, distante 70 Km de Sinop, está sendo construída nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda).

O reservatório abrangerá áreas dos municípios de Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso.

3. Acionistas

A Composição Societária da Companhia Energética Sinop S.A. é constituída por duas empresas Estatais brasileiras e uma francesa do Setor de Energia Elétrica.

O quadro acionário da Companhia é composto por Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., controlada indiretamente pela EDF (Electricité de France), com 51%, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte com 24,5% e pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF com 24,5%.

4. Benefícios Fiscais

Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura- REIDI

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e do Ato Declaratório Executivo nº 05, de 28 de janeiro de 2015, da RFB. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

Em 6 de março de 2017, a Companhia protocolou (Chancela nº 000124) junto a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o requerimento de solicitação de concessão de benefício da redução de 75% do IRPJ. Em 29 de dezembro de 2017, através da Resolução nº 353 a SUDAM aprovou o pleito de redução, ficando a empresa obrigada a informar a efetiva entrada em operação do empreendimento.

5. Estrutura de Capital

Os investimentos efetuados pela Companhia Energética Sinop até o momento foram realizados como aporte de Capital Social (R\$ 1,5 bilhão), e financiamento junto ao BNDES (835,6 milhões), sendo integralizados até o momento R\$ 790,6 milhões pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., R\$ 379,8 milhões pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte e R\$ R\$ 379,8 milhões pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.

O contrato de financiamento com o BNDES é dividido em 4 subcréditos. As parcelas serão amortizadas em 240 (duzentas e quarenta) prestações, vencendo a primeira em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

6. Ações Sociais e Ambientais

A UHE Sinop teve sua Licença Prévia (LP) nº 301901/2012 concedida em 10/05/12 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), com base no Parecer Técnico PT nº 61.987/CAIA/SUIMIS/2012. Em 05/12/13 foi obtida, também junto à SEMA/MT, a Licença de Instalação (LI) para o canteiro de obras (LI nº 63167/2013) e, em 17/03/14, a LI nº 63544/2014 fundamentada no Parecer Técnico PT nº 81.703/CAIA/SUIMIS/2014. No âmbito do licenciamento ambiental de instalação da UHE Sinop, a Sinop Energia apresentou o documento denominado Projeto Básico Ambiental (PBA), o qual foi aprovado pelo órgão ambiental, com a proposição de Planos, Programas e Subprogramas com o detalhamento das medidas a serem adotadas pelo empreendedor para prevenir, mitigar, recuperar ou compensar os impactos ambientais identificados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Para o canteiro de obras da UHE Sinop, foi emitida, em 18/08/2016, a Licença de Operação Provisória (LOP), indicando que o canteiro de obras se encontra apto para sua operação, considerando a regularidade do empreendimento. Referida LOP foi fundamentada no Parecer Técnico PT nº 102548/CLEIA/SUIMIS/2016.

Em 06/06/2017, após inspeção em campo e avaliação das informações associadas à implantação dos programas ambientais e medidas mitigadoras previstas no PBA da UHE Sinop, a SEMA/MT emitiu a LI nº 67342/2017, fundamentada no Parecer Técnico PT 109058/CLEIA/SUIMIS/2017 referente à renovação da LI, com validade até 05/06/2022, para as atividades licenciadas de: i) construção de barragens e represas para geração de energia elétrica, e ii) transmissão de energia elétrica.

O detalhamento das ações desenvolvidas nos programas ambientais integrantes do PBA e o atendimento às condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais antes mencionadas vêm sendo apresentados tempestivamente à SEMA/MT através dos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes da UHE Sinop, os quais possibilitam ao órgão ambiental avaliar o desempenho ambiental da UHE Sinop e o estágio de cumprimento dos diferentes compromissos estabelecidos junto a referida instituição e, grosso modo, à sociedade como um todo.

Dentre os programas integrantes do PBA, cabe destacar aqueles que integram o caminho crítico de liberação do reservatório para enchimento, a saber: aquisição fundiária e supressão vegetal.

Fundiário: aquisição de terras e remanejamento

- Para a aquisição das propriedades interferidas pela implantação do empreendimento, até o final do mês de dezembro/2017, as apresentações de valores realizadas representaram 98% da área total a ser adquirida, 95% do orçamento, e 99% das propriedades. Considerando-se as etapas subsequentes da liberação fundiária, até o dia 31/12/2017, têm-se 651 propriedades com escritura lavrada em cartório ou imissão na posse cumprida, que representam 37.207 hectares (81%) de áreas liberadas documentalente;
- No que se refere ao remanejamento da população atingida, definiu-se junto ao Inbra a implantação de um Reassentamento Rural Coletivo (RRC) do assentamento PDS 12 de Outubro, cuja aquisição da propriedade foi realizada em março/2017 e cujas obras de construção das casas e infraestrutura (rede elétrica, poços, estradas e cercas) foram realizadas entre maio e dezembro de 2017, sendo a entrega formal do RRC às famílias atingidas realizada em 09/12/2017. Até o final de 2017 foram concluídas 26 mudanças de um total de 28 necessárias. Para o assentamento PA Wesley Manoel dos Santos, após a

conclusão das apresentações de valores, verificou-se que não houve público mínimo elegível/interessado para a formação de RRC específico.

Supressão vegetal

A Autorização de Desmate (AD) nº 638/2017 foi emitida pelo órgão ambiental licenciador em 11/07/2017, sendo definida a área total de 8.644,90 hectares de supressão vegetal na área do futuro reservatório da UHE Sinop. As atividades vêm sendo realizadas por sete empresas, sendo que, até o final de dezembro/2017, o total derrubado na Fase A atingiu 7.205 hectares (83%). O total de áreas onde também se realizou limpeza com transporte da madeira (Fase B) atingiu 4.861 hectares no exercício de 2017. Para a Fase C (destinação dos resíduos da supressão vegetal), 3.716 hectares foram realizados em 2017.

7. Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação do artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos daqueles correlatos ao de auditoria externa.

Os testes de Provisão para Redução ao Valor Recuperável (Impairment) foram realizados pela empresa Up Side Finanças Corporativas Ltda e revisados e confirmados pela KPMG. Os cálculos resultaram no reconhecimento de provisão para perda no valor de R\$ 613,4 milhões. O Estudo foi realizado conforme as orientações do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos e conduzidos com base em informações e premissas fornecidas pela Companhia e complementadas por informações de domínio público e por pesquisas realizadas pela Upside.

As informações contábeis aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

8. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores abaixo assinados declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)
Sinop – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Sinop S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável ("Impairment") dos ativos não financeiros

Notas Explicativas 3.c, 3.f e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia apresenta o saldo de R\$ 1.652.959 mil nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 relativo ao ativo imobilizado, líquido da provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 613.474 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. Devido aos atrasos nas obras de construção do empreendimento, motivada entre outras razões pela falta de licenças ambientais, a Companhia identificou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para a realização do teste de redução ao valor recuperável dos ativos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras do empreendimento. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros, à

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:

- Entendimento sobre os principais controles relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos de valor recuperável disponibilizados pela Companhia;
- Análise das projeções de fluxo de caixa da Companhia com base nos contratos de energia firmados;
- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das premissas mais importantes e da metodologia utilizada, como preço de venda de energia, inflação e as taxas de desconto, comparando-as com dados obtidos de fontes externas;



subjetividade das premissas como a taxa de desconto, inflação de custos, entre outras que foram utilizados na determinação do valor recuperável dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

- Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do ativo imobilizado os quais foram registrados pela administração.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo do ativo imobilizado, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília - DF, 05 de março de 2018
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

Companhia Energética Sinop S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.083	25.612	Fornecedores	12	91.987	49.039
Aplicações financeiras	6	215.047	239.623	Tributos e contribuições a recolher	13	5.483	7.280
Adiantamentos	7	223	232	Obrigações trabalhistas	14	2.010	1.683
Tributos e contribuições a compensar	8	10.459	4.881	Uso do bem público	11	1.882	-
Despesas antecipadas		28	26	Financiamento BNDES	15	22.292	-
		226.840	270.374			123.654	58.002
Não circulante				Não circulante			
Ativo fiscal diferido	9	229.977	6.436	Uso do bem público	11	23.674	21.191
Imobilizado	10	1.652.959	1.398.958	Financiamento BNDES	15	887.364	740.149
Intangível	11	25.931	21.700			911.038	761.340
		1.908.867	1.427.094			1.550.200	565.000
				Prejuízos acumulados	17	(449.185)	(14.874)
				Adiantamento para Futuro Aumento de capital (AFAC)	17	-	328.000
						1.101.015	878.126
Total do ativo		2.135.707	1.697.468	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.135.707	1.697.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

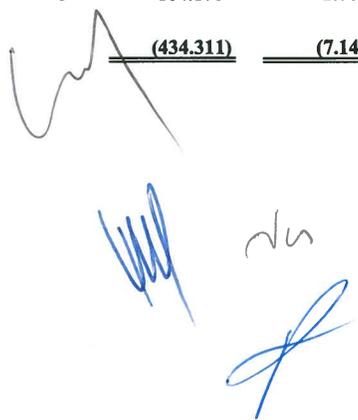
Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Custos com Energia Elétrica			
Encargos de Uso da Rede Elétrica		(1.486)	-
Custos de Operação			
Acordo Bilateral	18	(34.805)	-
		<hr/>	<hr/>
Custos dos Serviços de Energia Elétrica		(36.291)	-
Despesas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios	19	(7.733)	(6.401)
Serviços de terceiros	20	(4.946)	(2.286)
Arrendamentos e alugueis		(362)	(401)
Passagens e hospedagens		(700)	(823)
Materiais		(247)	(282)
Depreciações e amortizações	10 e 11	(418)	(364)
Provisões para Redução ao Valor Recuperável - <i>Impairment</i>		(613.475)	-
Outros		(1.429)	(483)
		<hr/>	<hr/>
Prejuízo antes do resultado financeiro		(629.310)	(11.040)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	8.420	948
Despesas financeiras	21	(382)	(719)
		<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro		8.038	229
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(657.563)	(10.811)
Contribuição social diferida	9	59.082	965
Imposto de renda diferido	9	164.170	2.704
Resultado do exercício		(434.311)	(7.142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Resultado do exercício	(434.311)	(7.142)
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(434.311)</u>	<u>(7.142)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Three handwritten signatures in blue ink are present to the right of the explanatory notes. The first is a simple, stylized signature. The second is a more complex, cursive signature. The third is a signature that appears to be 'Vh' followed by a flourish.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>372.637</u>	<u>(7.732)</u>	<u>150.000</u>	<u>514.905</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	370.363	370.363
Aumento de capital social	192.363	-	(192.363)	-
Prejuízo do exercício	-	(7.142)	-	(7.142)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>565.000</u>	<u>(14.874)</u>	<u>328.000</u>	<u>878.126</u>
Aumento de capital oriundo de adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 17)	328.000	-	(328.000)	-
Aumento de capital social (Nota 17)	657.200	-	-	657.200
Resultado do exercício	-	(434.311)	-	(434.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.550.200</u>	<u>(449.185)</u>	<u>-</u>	<u>1.101.015</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período antes dos impostos	(657.563)	(10.811)
Receita financeira	(13)	(111)
Provisões	613.526	(26)
Depreciação e amortização	418	364
Prejuízo ajustado	(43.632)	(10.584)
Varição no ativo		
Aplicações financeiras	24.576	(206.747)
Adiantamentos	9	(75)
Despesas antecipadas	(2)	(9)
Tributos e contribuições a compensar	(5.853)	(1.394)
	18.730	(208.225)
Varição no passivo		
Fornecedores	6.101	(47.340)
Tributos e contribuições a recolher	(1.797)	4.907
Obrigações trabalhistas	138	(4)
	4.442	(42.437)
Juros pagos na liquidação da dívida com as debêntures	-	(72.777)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(20.460)	(334.023)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(770.772)	(434.760)
Adição de intangível	(91)	(179)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(770.863)	(434.939)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação financiamento c/ o BNDES	109.594	724.170
Integralização de capital social	657.200	192.363
Liquidação da dívida com as debêntures (principal)	-	(300.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital AFAC	-	178.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	766.794	794.533
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(24.529)	25.571
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.612	41
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.083	25.612
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(24.529)	25.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
1 – receitas	<u>-</u>	<u>-</u>
2 - insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(36.291)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.083)	(3.862)
Perda/Recuperação de valores ativos - <i>Impairment</i>	(613.475)	-
Outras (especificar)	<u>-</u>	<u>-</u>
	(656.849)	(3.862)
3 - valor adicionado bruto	<u>(656.849)</u>	<u>(3.862)</u>
4 - retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(418)</u>	<u>(364)</u>
5 - valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>(657.267)</u>	<u>(4.226)</u>
6 - valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>8.420</u>	<u>948</u>
	8.420	948
7 - valor adicionado total a distribuir	<u>(648.847)</u>	<u>(3.278)</u>
8 - distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.217	4.887
Benefícios	1.167	1.144
FGTS	<u>349</u>	<u>370</u>
	7.733	6.401
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(223.252)	(3.664)
Estaduais	233	4
Municipais	<u>6</u>	<u>6</u>
	(223.013)	(3.654)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	382	716
Aluguéis	<u>362</u>	<u>401</u>
	744	1.117
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos/prejuízo do exercício	<u>(434.311)</u>	<u>(7.142)</u>
	(434.311)	(7.142)
Valor adicionado total	<u>(648.847)</u>	<u>(3.278)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, constituída em 28 de outubro de 2013. A Companhia é controlada por meio do Acordo de Acionista (“Acordo”), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 17), conforme disposto no art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia, constituída com Propósito Específico, tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (UHE ou UHE Sinop ou Usina ou Empreendimento), sendo-lhe vedada participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia está localizada na cidade de Sinop, no estado de Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662 - esquina com a Rua das Castanheiras.

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, passando a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. a fazer parte da composição acionária da Companhia. O controle é exercido de forma compartilhada.

A Sinop Energia, bem como os respectivos acionistas, observa as normas específicas estabelecidas pela agência reguladora e pelo Poder Concedente para empresas do setor elétrico. A concessão da Sinop Energia para operação da usina e para a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da Aneel, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da UHE Sinop. A partir de dezembro de 2017, com a previsão para o início das atividades em 1º de janeiro de 2018 (cronograma do Contrato de Concessão), a Companhia incorreu em gastos com a aquisição de lastro de energia e de energia física perante terceiros para cumprir com as obrigações junto às distribuidoras de energia elétrica conforme os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) o valor de R\$ 36,2 milhões (Nota Explicativa 18). A Companhia possui capital autorizado de R\$ 1.880.136.449,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta milhões, cento e trinta e seis mil e quatrocentos e quarenta e nove reais) — Nota Explicativa nº 17 —, e suas subscrições e as integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração. Aspectos relacionados à liquidez da Companhia estão divulgados na Nota Explicativa nº 23.

Coube ao Governo Federal regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica no Rio Teles Pires, município de Sinop, Estado de Mato Grosso, denominada UHE Sinop, com potência instalada mínima de 401,88 MW (*). A garantia física de energia da UHE Sinop para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 239,8 MW (*) médios.

(*) Informações não examinadas/revisadas pelos auditores independentes.

Com o objetivo de potencializar as ações positivas, evitar, mitigar ou compensar aquelas de natureza negativa que possam ser provocadas pelas intervenções necessárias para implantar o Empreendimento e, posteriormente, para operá-lo, a Companhia assumiu os compromissos contidos no Projeto Básico Ambiental (PBA). Este documento é composto por 33 programas socioambientais com metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos, a serem gerenciados ao longo da etapa de implantação da Usina Hidrelétrica Sinop, bem como durante sua operação. A Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA) concedeu a Licença de Instalação definitiva, válida até 5 de junho de 2022 e a Companhia encontra-se em dia com todas suas obrigações assumidas no PBA.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de janeiro de 2015, da RFB. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em relação ao prazo de execução da UHE, a Companhia enfrentou, desde o início da construção, diversos entraves na execução das obras de implantação do Empreendimento, sendo eles:

- (a) Entraves ambientais/judiciais.
 - (a.1) Suspensão da Licença de Instalação da Usina.
 - (a.2) Suspensão da autorização de imissão provisória de posse da área necessária ao canteiro de obras.
 - (a.3) Deslizamento de talude da margem direita da casa de força.
 - (a.4) Embargo de execução da lavra de arenito.
 - (a.5) Atrasos do órgão ambiental na emissão das autorizações de supressão vegetal.
- (b) Entrave de acesso ao Sistema Integrado Nacional (SIN).
- (c) Entrave financeiro - Atraso de cerca de oito meses na finalização e na liberação do financiamento obtido com o BNDES.

Em razão dos fatores citados acima, o cronograma para o início da geração de energia foi alterado do mês de maio de 2018 para o dia 31 de dezembro de 2018. Diante dessa meta, a Companhia tem tomado ações relevantes para mitigar potenciais fontes de atraso ao início da geração de energia. Neste intuito, em 27 de junho de 2017, a Companhia celebrou junto à Eletronorte S.A., o Contrato de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre limitado a 215,8 MW médios referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 e será utilizado somente 129,48 MW médios no respectivo período. Na avaliação da Administração e apoiada em avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, não há obrigação contratual a ser registrada nas demonstrações financeiras em razão do referido atraso. Este assunto permanecerá objeto de monitoramento contínuo pela Administração.

Em 2 de fevereiro de 2017, complementado em 3 de março de 2017, a Companhia protocolou junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) – (Processo SEI nº 19957.001002/2017-00) a solicitação de registro inicial de companhia aberta, Categoria “B”, sem emissão pública concomitante. Em 22 de junho de 2017, a CVM concedeu o Registro de Emissor - Categoria “B” através do Ofício RIC nº 11/2017/CVM/SEP.

Em 6 de março de 2017, a Companhia protocolou (Chancela nº 000124) junto a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o requerimento de solicitação de concessão de benefício da redução de 75% do IRPJ. Em 29 de dezembro de 2017, através da Resolução nº 353 a SUDAM aprovou o pleito de redução, ficando a empresa obrigada a informar a efetiva entrada em operação do empreendimento.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 5 de março de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração e de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 06), a determinação da vida útil dos bens para o cálculo da depreciação acumulada do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 10), o valor presente do Uso do Bem Público (UBP) registrado no ativo intangível e no passivo exigível da Companhia (Nota Explicativa nº 11) e os valores divulgados para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 16). Os valores definitivos

das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Companhia divulga e/ou reconhece os possíveis riscos para causas cíveis, trabalhistas e fiscais com base na avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e que inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

b. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros, representados pelas aplicações financeiras e demais numerários mantidos em caixa.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras em operações compromissadas e Fundos de Investimentos. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço, coincidente com o seu valor de realização (vide Nota Explicativa nº 6).

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e está em fase pré-operacional. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27. (Nota Explicativa nº 10).

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira.

Tendo em vista a fase pré-operacional em que se encontra a Companhia, tanto a vida útil quanto ao eventual valor residual dos ativos relacionados à UHE Sinop ainda não foram estabelecidos para fins de reconhecimento da depreciação dos bens.

Depreciação de ativos tangíveis relacionados aos bens administrativos

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Benfeitorias 30 anos
- Máquinas e equipamentos 6 anos
- Móveis e utensílios 16 anos
- Veículos 7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 674/2015 da ANEEL. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, e expressa adequadamente, na opinião da Administração, o tempo de vida útil dos bens.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Amortização de ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico e a amortização será iniciada quando da entrada em operação comercial, fiscalizada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia Objeto do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, o que ocorrer primeiro.

e. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. A Administração identificou indícios para a avaliação de eventual redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e os cálculos revelaram perdas a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia (Nota Explicativa nº 10).

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável de ativos financeiros a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. São reconhecidas provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e dos passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 16).

i. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 12).

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. (Nota Explicativa nº 15).

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma companhia em conexão ao empréstimo.

Instrumento Patrimonial - Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital foram classificados como instrumentos patrimoniais, registrados no patrimônio líquido, em decorrência do acordo contratual firmado. (Nota Explicativa nº 17).

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras..

CPC 47 - Receita de contrato de clientes

O CPC 47 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existia até 31 dezembro de 2017. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e portanto, qualquer impacto será a partir da data em que a usina entrar em operação, não tendo assim impacto retrospectivo.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

As alterações no CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros.

O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2018. A Companhia não espera qualquer impacto significativo na classificação dos instrumentos financeiros e no reconhecimento de provisões para perdas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Fundo fixo de caixa	3	3
Banco do Brasil	14	23.474
BNP Paribas	2	2
Banco Itaú	1.021	2.070
Banco Bradesco	43	63
	<u>1.083</u>	<u>25.612</u>

Os recursos disponíveis na rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa" são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia.

6 Aplicações financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de Investimentos	20.950	-
CDB	63.828	-
Operações Compromissadas	130.269	239.623
	<u>215.047</u>	<u>239.623</u>

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (96% e 99% do CDI) do Banco do Brasil. As aplicações em fundo de investimento junto ao Bradesco são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.

7 Adiantamentos

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos a funcionários	74	126
Outros	149	106
	<u>223</u>	<u>232</u>

8 Tributos e contribuições a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS antecipado (a)	127	952
PIS a recuperar (b)	1.082	485
COFINS a recuperar (b)	4.758	2.178
ISS a recuperar	66	66
IRRF sobre aplicações financeiras	4.408	1.200
Imposto de renda a recuperar	18	-
	<u>10.459</u>	<u>4.881</u>

- (a) A Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ-MT) lança em conta-corrente de ICMS e cobra de forma antecipada todos os valores relativos à emissão das notas fiscais eletrônicas, por estar a Companhia enquadrada no regime de recolhimento do ICMS por Estimativa Simplificada e Diferencial de Alíquota antecipada. A Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (SEFAZ-MT) concedeu o benefício de redução na base de cálculo conforme deferimento do processo nº 5294015/2017 de 29/06/2017, reduzindo a carga tributária final de 10% (dez por cento) para 6% (seis por cento) nas aquisições interestaduais de materiais.
- (b) A Companhia credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente, faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada.

9 Ativo fiscal diferido

	Alíquota	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda diferido	25%	169.094	4.732
Contribuição social diferido	9%	60.883	1.704
Total		<u>229.977</u>	<u>6.436</u>

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, conforme a seguir:

	Alíquota	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(657.563)	(10.811)
Adições		59.161	90
Imposto de Renda	25%	164.170	2.704
Contribuição Social	9%	59.082	965
Total		223.252	3.669

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Exercícios	Total
2018	-
2019	5.430
2020	2.938
2021	7.480
2022	11.883
2023	16.208
2024	22.685
2025	28.652
2026	33.626
2027	39.093
2028	45.353
2029	16.629
	229.977

10 Imobilizado

Movimento do imobilizado em 2017:

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Ajustes	Depreciação	Transferências	Saldos em 31/12/2017
Geração						
Em curso						
Terrenos	39.216	271.844	-	-	-	311.060
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	902.841	240.363	-	-	87.352	1.230.556
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	46.341	133.045	-	-	31.217	210.603
Máquinas e equipamentos a ratear	144.967	51.120	-	-	84.058	280.145
Estudos de projetos a ratear	(a) 23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos Fatura Pro Forma	(b) 112.563	72.243	-	-	(158.826)	25.980

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

	1.269.502	768.615	-	-	43.801	2.081.918
Terrenos a pagar	(c) -	11.324	-	-	-	11.324
Medições	(c) 33.659	35.521	-	-	(43.709)	25.471
Adiantamentos a fornecedores	(d) 92	-	-	-	(92)	-
Juros capitalizados	(e) 95.188	69.726	(17.773)	-	-	147.141
Total geração	1.398.441	885.186	(17.773)	-	-	2.265.854
Administração						
Em serviço	863	257	-	-	-	1.120
Depreciação acumulada	(346)	-	-	(194)	-	(540)
Total administração	517	257	-	(194)	-	580
Total	1.398.958	885.443	(17.773)	(194)	-	2.266.434
(-) Provisão para redução do valor recuperável	-	(613.475)	-	-	-	(613.475)
Imobilizado Líquido	1.398.958	271.968	(17.773)	(194)	-	1.652.959

Movimento do imobilizado em 2016:

		Saldos em 31/12/2015	Adições	Ajustes	Depreciação	Transferências	Saldos em 31/12/2016
Geração							
Em curso							
Terrenos		5.035	34.181	-	-	-	39.216
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		448.952	256.249	(56)	-	197.696	902.841
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear		13.733	31.187	-	-	1.421	46.341
Máquinas e equipamentos a ratear		11.450	28.046	-	-	105.471	144.967
Estudos de projetos a ratear	(a)	23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos Fatura Pro Forma	(b)	186.414	68.549	-	-	(142.400)	112.563
		689.158	418.212	(56)	-	162.188	1.269.502
Medições	(c)	44.923	37.183	-	-	(48.447)	33.659
Adiantamentos a fornecedores	(d)	113.833	-	-	-	(113.741)	92
Juros capitalizados	(e)	25.419	69.769	-	-	-	95.188
Total geração		873.333	525.164	(56)	-	-	1.398.441
Administração							
Em serviço		617	328	(82)	-	-	863
Depreciação acumulada		(176)	-	-	(170)	-	(346)
Total administração		441	328	(82)	(170)	-	517
Total imobilizado		873.774	525.492	(138)	(170)	-	1.398.958

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL n° 474, de 7 de fevereiro de 2012, e n° 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (a) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.

- (b) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (c) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (d) Referem-se, substancialmente, aos custos iniciais incorridos antes da fase de construção da UHE Sinop já pagos aos fornecedores.
- (e) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os empréstimos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante total de adições de imobilizado que não envolveram caixa foi de R\$ 96.898 (R\$ 50.187 em 2016).

Teste de recuperabilidade

Conforme orientações do CPC 01 - R1 (IAS 36), a Companhia, em decorrência dos atrasos nas obras, identificou a necessidade de testar o valor recuperável do ativo imobilizado em 2017.

Para fins de teste foi considerada a entidade como uma única UGC (Unidade Geradora de Caixa) sendo adotada as seguintes premissas:

- b) Tendo em vista a ausência de valor justo de venda do ativo foi considerado o Valor em Uso;
- c) Fluxo de caixa projetado de 33 anos que considera o prazo de concessão;
- d) As receitas levaram em consideração o valor contratado atualizado pelo IPCA;
- e) A taxa média anual de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2017 no referido fluxo de caixa projetado foi de 9,29% .

O valor da provisão reconhecida no exercício foi de R\$ 613.475 (Em 2016, não houve necessidade de provisão).

11 Intangível

	Saldos em 31/12/2016	Adições (+)	Baixas (-)	Amortização (-)	Ajustes	Saldos em 31/12/2017
Geração						
Em curso - UBP (a)	21.191	4.364	-	-	-	25.555
Total - Geração	21.191	4.364	-	-	-	25.555

Administração Central

Em serviço (b)	990	91	-	-	-228	853
Amortização acumulada	-481	-	-	-224	228	-477
Total - Administração	509	91	-	-224	-	376
Total	21.700	4.455	-	-224	-	25.931

- (a) **Geração - Em curso –Utilização do Bem Público (UBP)**
 Como pagamento pelo UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.500. O início da amortização e a primeira parcela serão pagos a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 10,73% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo intangível. A amortização da UBP iniciará a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

No quarto trimestre de 2017 a Companhia efetuou o ajuste de R\$ 1.496 no cálculo da UBP devido a variação da TIR, que era de 7,03% e passou a ser 6,47%, reduzindo a taxa de desconto anual.

Administração - Em serviço
 Saldo referente ao registro no intangível de *software*.

12 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de serviços e materiais (a)	49.016	43.086
Fundiário (b)	12.601	1.579
Contas a pagar	1.469	238
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (c)	5.636	-
Compensação Acordo Bilateral (d)	23.265	-
Seguros a pagar	-	4.136
	91.987	49.039

- (a) Refere-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e serviços prestados pelas empresas contratadas para as atividades da supressão vegetal.
- (b) Refere-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
- (c) Refere-se aos encargos por uso do sistema de transmissão contratados e disponibilizados a partir de 1º de dezembro de 2017.
- (d) Refere-se as penalidades contratuais por ter prorrogado o fornecimento de energia elétrica para o ano de 2018.

13 Tributos e contribuições a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
FGTS a recolher	117	102
INSS a recolher (a)	1.859	349
ICMS a recolher	148	-
IR - Outros	16	6
IR sobre salários	347	277
IR sobre serviços PJ	443	150
ISSQN a recolher (b)	1.875	6.186
PIS/COFINS e CSLL a recolher	678	210
	<u>5.483</u>	<u>7.280</u>

(a) Refere-se, substancialmente, ao INSS decorrente de serviços prestados pelas empresas contratadas para as atividades da supressão vegetal.

(b) Refere-se, substancialmente, a ISSQN decorrente de serviços prestados pela Construtora Triunfo S.A. relacionados à medição mensal.

14 Obrigações trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de férias	1.466	1.229
Encargos sobre provisão de férias	544	454
	<u>2.010</u>	<u>1.683</u>

15 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um crédito de R\$ 1,046 bilhão destinados à implantação da Usina Hidrelétrica Sinop (UHE Sinop) e programas de investimentos sociais, objeto do contrato de concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento está atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 10).

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2017:

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante:					
Subcrédito A	2,88% a.a.	20.897	-	(921)	19.976
Atualização	TJLP	-	2.316	-	2.316
		<u>20.897</u>	<u>2.316</u>	<u>(921)</u>	<u>22.292</u>
Não Circulante:					
Subcrédito A	2,88% a.a.	814.963	-	(17.924)	797.039
Atualização	TJLP	-	90.325	-	90.325

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

	<u>814.963</u>	<u>90.325</u>	<u>(17.924)</u>	<u>887.364</u>
Total do financiamento	<u>835.860</u>	<u>92.641</u>	<u>(18.845)</u>	<u>909.656</u>

Movimentação do financiamento em 31 de dezembro de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2017
Circulante:							
Subcrédito A	-	-	-	20.897	-	(921)	19.976
Atualização	-	-	-	2.316	-	-	2.316
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.213</u>	<u>-</u>	<u>(921)</u>	<u>22.292</u>
Não Circulante:							
Subcrédito A	724.170	111.690	-	(20.897)	-	(17.924)	797.039
Atualização	15.979	-	-	(2.316)	76.662	-	90.325
	<u>740.149</u>	<u>111.690</u>	<u>-</u>	<u>(23.213)</u>	<u>76.662</u>	<u>(17.925)</u>	<u>887.364</u>
Total do financiamento	<u>740.149</u>	<u>111.690</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.981</u>	<u>(18.845)</u>	<u>909.656</u>

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2017
17.580	2.096	831	18.845

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado

Amortização do custo incremental	831
Encargos totais da dívida	76.663
Rendimento da aplicação financeira	(7.961)
	<u>69.533</u>

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2016:

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Total
Subcrédito A	2,88% a.a.+ TJLP		17.773	724.170



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'W. M. ...'.

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Atualização	706.397		
	<u>-</u>	<u>15.979</u>	<u>15.979</u>
Total do financiamento	<u>706.397</u>	<u>33.752</u>	<u>740.149</u>

O contrato de financiamento com o BNDES é dividido em quatro subcréditos. As parcelas serão amortizadas em 240 prestações: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	<u>5.000</u>	TJLP	Implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas
Total	<u>1.018.000</u>		

O restante dos subcréditos está previsto para as datas abaixo em função das necessidades para realização do projeto.

Período	Subcréditos				Total
	A	B	C	D	Total
mar/18	106.445	-	-	-	106.445
jun/18	27.695	15.305	-	-	43.000
set/18	-	17.149	-	-	17.149
dez/18	-	4.294	-	-	4.294
mar/19	-	6.252	-	5.000	39.952
Total	<u>134.140</u>	<u>43.000</u>	<u>-</u>	<u>5.000</u>	<u>182.140</u>

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2018	22.744
2019	45.483
2020	45.483
2021	45.483
2022	45.483
2023	45.483
2024	45.483

Após 2024	614.014
	<u>909.656</u>

Como garantia da operação, a Companhia cederá, conforme contrato de cessão fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, incluindo, ainda, outras garantias.

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) a partir da Geração de Caixa da Atividade de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), que deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras auditadas.

O contrato possui, ainda, outras cláusulas de *covenants*, e a Administração da Companhia declara que os *covenants* estão sendo cumpridos sem exceção na data-base das demonstrações financeiras.

16 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 14,4 milhões (R\$ 4,1 milhões em 2016), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária) e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) — tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Nesse sentido, os valores envolvidos dependerão das apurações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, e deverão ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

Abaixo, estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade “possível”:

	31/12/2016	Adições	Pagamentos/ baixas	31/12/2017
Trabalhistas (a)	466	1.494	-	1.960
Cíveis e outras (b)	1.210	8.855	-	12.445
Total	<u>1.676</u>	<u>12.729</u>	<u>-</u>	<u>14.405</u>

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como possível de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos arts. 467 e 477 da CLT.

(b) Cíveis e outras

A contingência cível classificada como possível de maior relevância para a Companhia refere-se à ação civil pública na qual o MPF alega irregularidade no Processo de Licenciamento da Usina Hidrelétrica Sinop e assevera que seriam nulas as Licenças de Instalação expedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT, uma vez que teriam sido emitidas sem que as condicionantes da Licença Prévia nº 301901/2012 fossem cumpridas.

Embora concedida a liminar na ação para suspender o licenciamento ambiental da UHE Sinop, tal decisão foi suspensa por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de Agravo de Instrumento, bem como em sede de Suspensão de Liminar. É importante ressaltar que a Suspensão de Liminar possui eficácia até o trânsito em julgado da decisão de mérito do caso.

No dia 11 de julho de 2017, a Companhia foi notificada através do Auto de Infração nº 0044/2017-SFG da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) lavrado em 3 de julho de 2017 referente ao Processo de fiscalização nº 48500.001872/2014-94. O valor da multa é de R\$ 2.086.400,74 (dois milhões, oitenta e seis mil e quatrocentos reais e setenta e quatro centavos) e está classificada pela assessoria jurídica como “Possível”.

No dia 12 de dezembro de 2017, a Secretaria de Meio Ambiente, através do seu secretário expediu uma decisão para ser feita uma revisão do valor da compensação ambiental, aumentando de Valor R\$ 5,5 milhões (valor atualizado até o presente momento arbitrado pela SEMA em 2014) para o valor de R\$ 12 milhões.

17 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1,5 bilhão (R\$ 973 milhões, em 2016), que compreende 1.550.200.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia Em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.880.136.449,00, (R\$ 1.050.185.348,00 em 2016), até o limite de 1.880.136.449 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	379.799	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	379.799	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	790.602	958.870	51,0%
	1.550.200	1.880.136	100,0%

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha em seus registros contábeis o saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) o valor de R\$ 328 milhões, conforme informações a seguir:

Acionistas	AFAC	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	80.360	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	80.360	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	167.280	51,0%
	328.000	100,0%

Em 30 de janeiro de 2017, foram integralizados em capital o saldo da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 328 milhões e R\$ 80 milhões em moeda corrente.

As integralizações de capital foram aprovadas pelo Conselho de Administração, nas seguintes datas:

Reunião para aprovação	Data	Valor Integralizado
Conselho de administração	29/12/2016	80.000
Conselho de administração	06/04/2017	50.000
Conselho de administração	23/05/2017	100.000
Conselho de administração	21/07/2017	70.000
Conselho de administração	21/08/2017	130.000
Conselho de administração	21/09/2017	67.200
Conselho de administração	22/11/2017	160.000
		<u>657.200</u>

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2017	2016
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	<u>(434.311)</u>	<u>(7.142)</u>
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>1.068.613</u>	<u>484.849</u>
Prejuízo por ação (básico) - Em reais	<u>(0,40643)</u>	<u>(0,0147)</u>
Prejuízo por ação (diluído) - Em reais	<u>(0,40643)</u>	<u>(0,0147)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que o efeito dos instrumentos que representam ações ordinárias potenciais emitidos nos exercícios de 2017 e 2016 (AFACs) seria antidiluidor por reduzir o prejuízo por ação.

18 Custos de operação

	31/12/2017	31/12/2016
Acordo bilateral de energia elétrica vendida (*)	30.072	-
Acordo bilateral de energia elétrica comprada (**)	4.733	-
	<u>34.805</u>	<u>-</u>

(*) Termo de Ajuste Financeiro (TAF) - Acordo Bilateral em decorrência da redução temporária da Energia Elétrica Contratada relativo aos contratos CCEARs a título de compensação financeira.

(**) Valor do Prêmio a ser pago para a Eletronorte incidente sobre o Contrato de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por ter a Energia Elétrica Descontratada (ECD), parcialmente, pela Companhia no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), no período entre 6 de outubro de 2017 a 15 de dezembro de 2017 a quantidade de 107,9 MWh médio a R\$ 26,11/MWh.

19 Pessoal, encargos e benefícios

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração de empregados	(4.977)	(3.830)
Encargos trabalhistas	(1.589)	(1.427)
Benefícios a empregados	(1.167)	(1.144)
	<u>(7.733)</u>	<u>(6.401)</u>

20 Serviços de terceiros

	31/12/2017	31/12/2016
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(3.342)	(920)
Telefone, Internet, água e energia elétrica	(360)	(258)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(605)	(610)
Monitoramento e vigilância	(283)	(191)
Transportes	(45)	(41)
Outros	(311)	(266)
	<u>(4.946)</u>	<u>(2.286)</u>

21 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8.008	823
Provisão não realizada (a)	377	-
Descontos obtidos	13	2
Variações monetárias	22	123
Sub-total	<u>8.420</u>	<u>948</u>
Despesas financeiras		
IOF	(363)	(522)
Juros e multas	(17)	(193)
Outras despesas financeiras	(2)	(4)
Sub-total	<u>(382)</u>	<u>(719)</u>
	<u>8.038</u>	<u>229</u>

Durante o ano de 2017, a Companhia manteve saldos em contas de aplicações financeiras referente aos aportes do BNDES e à integralização de capital social, em dinheiro, pelos acionistas. Em 2017, a maior parte dos saldos mantidos em contas de aplicações financeiras foi proveniente dos aportes dos acionistas.

Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores pagos de IOF pela Companhia originaram-se dos saldos das aplicações financeiras que permaneceram por menos de 30 dias aplicados.

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou R\$ 377, referentes a IOF sobre as aplicações financeiras, no entanto o saldo permaneceu aplicado por mais de 30 dias, revertendo o total da provisão em 2017.

22 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía como partes relacionadas os seguintes entes:

Controladores; e

Administradores.

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense (UTENF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte; e a EDFI Electricité de France Internacional (EDF) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) são controladoras finais.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	31/12/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
UTENF	AFAC	-	-	-	-	167.280	-
	Serviços	480	45	-	-	-	-
	Honorários	-	34	410	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
	Total	480	79	410	-	167.280	-
CHESF	AFAC	-	-	-	-	80.360	-
	EUST	-	222	222	-	-	-

		-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
	Total	-	222	222	-	80.360	-
ELETRONORTE	AFAC	-	-	-	-	80.360	-
	EUST	-	135	135	-	-	-
	Acordo Bilateral	-	4.733	4.733	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
	Total	-	4.868	4.868	-	80.360	-

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como sua distribuição.

A Companhia aplica somente a política de remuneração fixa a seus administradores.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração do Conselho de Administração e Diretores (a)	(1.725)	(1.206)
Encargos trabalhistas e sociais do Conselho de Administração (b)	(880)	(859)
Benefício do Conselho de Administração e Diretores (c)	(434)	(441)
Remuneração do Conselho Fiscal	(154)	(124)
	<u>(3.193)</u>	<u>(2.630)</u>

- (a) Composta por ordenados e salários.
- (b) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (b) Composto por benefícios concedidos, tais como assistência médica, seguro de vida, ajuda de custos, entre outros.

23 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Adiantamento a fornecedores”, “Fornecedores” e demais passivos financeiros. Seus valores contábeis encontram-se próximos aos respectivos valores justos na data-base das informações financeiras.

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Risco de crédito

Por estar em período pré-operacional, a Companhia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, está exposta a riscos de crédito associados à sua carteira de numerários mantidos com instituições financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil e no Bradesco.

A Companhia possui aplicações CDB-DI e fundos de investimentos de renda fixa de baixo risco no Bradesco e não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate. A carteira dos Fundos de aplicação do Bradesco está composta da seguinte forma: 13,86% em títulos públicos (LFT), 41,47% em títulos privados (letra financeira, debêntures, DPGE, CDB e nota promissória) e 40,17% outros (compromissada, cotas e outros).

Não é identificado no momento nenhum indicio de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas n°s 5 e 6).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão, e contratos CCEAR's reajustados anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 93% de seus compromissos contratuais representados pelo financiamento com o BNDES estão atrelados ao índice da TJLP e 100% de seus contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES com as seguintes condições: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a. As condições desse financiamento estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES está evidenciado na Nota Explicativa n° 15.

A Companhia está em fase pré-operacional (em construção), e, dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e

honrar todos os compromissos assumidos. A Companhia vem despendendo de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Sinop (“UHE Sinop”). A Administração da Companhia, por meio de seus acionistas, avalia as alternativas de financiamento, de curto ou longo prazos, incluindo a possibilidade de aporte complementar de recursos financeiros dos acionistas controladores.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com as instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

ATIVOS

Risco na depreciação da taxa de juros

	Saldo em 31/12/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	194.097		206.985	203.763	200.541
Receita financeira projetada anual			12.888	9.666	6.444
Taxa sujeita à variação		Redução do CDI	6,6%	5,0%	3,3%
Varição - R\$				(3.222)	(6.444)

	Saldo em 31/12/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	20.950		23.091	22.556	22.020
Receita financeira projetada anual		Carteira de	2.141	1.606	1.071
Taxa sujeita à variação		fundos	10,2%	7,7%	5,1%
Varição - R\$				(535)	(1.071)

PASSIVOS

Risco na apreciação da taxa de juros

	Saldo em 31/12/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	909.656		974.242	990.388	1.006.534
Despesa financeira projetada		Aumento da TJLP	64.586	80.732	96.878
Taxa de juros			7,10%	8,90%	10,70%
Varição - R\$				16.146	32.293

Risco na depreciação da taxa de juros

	Saldo em 31/12/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	909.656		971.513	956.048	940.584
Despesa financeira projetada		Queda da TJLP	61.857	46.392	30.928
Varição - R\$			6,8%	5,1%	3,4%
				(15.464)	(30.928)

Premissas

TJLP - Passivos	a.a.	6,8%
Carteira de Fundos Bradesco	a.a.	10,22%
CDI - Ativos	a.a.	6,64%

24 Cobertura de seguros

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A-5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A apólice contratada, perante a J. Malucelli Seguradora, visa a garantir a execução das obras de implantação do empreendimento UHE Sinop com potência instalada mínima de 401,88 MW, em conformidade com o Contrato de Concessão. O seguro contratado cobre até o valor de R\$ 88.871.

Além da apólice de seguro mencionado acima, a Companhia possui seguro do tipo D&O para os gestores da Companhia, cujas condições constam como a seguir:

Seguradora: Liberty Seguros S.A.
 Apólice nº 10-93-001.737
 Vigência: até 09/04/2018
 Limite máximo de garantia (LMG) R\$ 30.000

A Companhia também figura como beneficiária dos seguros contratados pela Triunfo Construtora S.A.:

Seguradora: Austral Seguradora S.A.
Apólice nº 1006700000512
Vigência: até 01/05/2018
Limite máximo de garantia (LMG) R\$ 1.090.850

Seguradora: Swiss Re Corporate Brasil S/A
Apólice nº 51510000242
Vigência: até 01/05/2018
Limite máximo de garantia (LMG) R\$ 50.000

25 Compromissos

Até 31 de dezembro 2017, a Companhia possui o montante de R\$ 472.614 de compromissos assumidos, que se referem, basicamente, à contratação de fornecedores de materiais, gastos para compensar o impacto ambiental e serviços para construção e implantação da UHE Sinop e aquisição de energia elétrica para cumprimento das obrigações dos contratos CCEARs.

<u>Compromissos</u>	<u>Total</u>
Assessorias, consultorias e auditorias	6.888
Aquisição de energia elétrica	214.633
Fundiário	1.670
Obras da barragem	85.444
Obras do reservatório	76.491
Plano básico ambiental	23.419
Seguros	342
Supressão vegetal	60.566
Outros	3.161
Total	472.614

26 Eventos subsequentes

(a) Capital Social

O Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, atualmente R\$ 1.550.200 mil, no valor de R\$ 144 milhões conforme ata CES-RCA 30 de novembro de 2017, que foi aportado R\$ 64 milhões em 24 de janeiro de 2018 e R\$ 80 milhões a ser aportado em 24 de fevereiro de 2018.

(b) Garantia Física

No dia 8 de janeiro de 2018, o Secretário-Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME, através da Portaria nº 2 definiu o novo montante da garantia física de energia da UHE Sinop de 239,8 MW médios para 242,8 MW médios. Este assunto foi divulgado em 22 de fevereiro de 2018 como Fato Relevante junto à CVM.

(c) Liberação dos recursos do Subcrédito “C” do BNDES

Conforme o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 16.2.0270.1 junto ao BNDES, cláusula décima sétima “Condições de Liberação da Colaboração Financeira” item VI, a Companhia deveria apresentar o aumento da garantia física total do projeto, no mínimo de 243,9 MW médios, no entanto, o montante da garantia física foi de 242,8 MW médios definido conforme a Portaria nº 2 Ministério de Minas e Energia em 8 de janeiro de 2018 (item b desta nota) está abaixo do recomendado pelo BNDES. Isto posto, não será atendida a condição desta cláusula contratual e o BNDES não realizará o aporte de R\$ 28 milhões do Subcrédito “C”.

(d) Licença de Operação

No dia 18 de janeiro de 2018, a Companhia protocolizou junto à SEMA o requerimento solicitando a LO (Licença de Operação) sob o nº 23414/2018, que trata do enchimento do reservatório e da futura operação da Usina.

(e) Despachos ANEEL

No dia 6 de fevereiro de 2018, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho nº 318 tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no processo nº 48500.005654/2013-48, decide:

- i) indeferir o pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade referente ao período de suspensão da Licença de Implantação e ao atraso da imissão na posse das terras necessárias à construção do empreendimento hidrelétrico;
- ii) reconhecer 11 meses como excludente de responsabilidade, em razão da mora para concessão das Autorizações para Supressão Vegetal, ASV Solo e ASV Rocha;
- iii) determinar que o período reconhecido como excludente de responsabilidade deve ser refletido em novo cronograma contratual, bem como na alteração dos prazos inicial e final dos CCEAR; e
- iv) afastar, pelo período definido no item (ii), a Concessionária de todas as obrigações relacionadas a aquisição e aporte de lastro e de outras garantias bem como de todas as penalidades e encargos decorrentes do atraso da operação comercial da UHE Sinop. Esse assunto foi divulgado em 21 de fevereiro de 2018 como Fato Relevante junto à CVM.

No dia 21 de fevereiro de 2018, a Superintendência de Fiscalização e Serviços – SFF/ANEEL, através do Despacho nº 400 reconheceu e reconsiderou totalmente a decisão recorrida e arquivou o Processo 48500.003162/2017-41 em face ao Auto de Infração nº 0044/2017-SFG.

* * *


Jean Christophe Marcel Jos Delvallet
Diretor Presidente





Mauro de Almeida Santos
Diretor Administrativo-Financeiro
Diretor de Relação com Investidores

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor de Meio Ambiente

Alessandro Camilo da Silva
Contador
CRCMT 005078-0/9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Servimo-nos para, em atenção ao disposto no Art.25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Companhia Energética Sinop S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas das demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Jean Christophe Marcel Jos Delvallet
Diretor Presidente

Mauro de Almeida Santos
Diretor Administrativo-Financeiro e
Diretor de Relações com Investidores

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor de Meio Ambiente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Servimo-nos para, em atenção ao disposto no Art.25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Companhia Energética Sinop S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Jean Christophe Marcel Jos Delvallet
Diretor Presidente

Mauro de Almeida Santos
Diretor Administrativo-Financeiro e
Diretor de Relações com Investidores

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor de Meio Ambiente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética Sinop S.A – SINOP ENERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado de Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas e concluiu com base no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras no qual apresenta opinião emitida em 05 de março de 2018 sem ressalvas, que os referidos documentos refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação Financeira e Patrimonial da Companhia Energética Sinop S.A. – SINOP ENERGIA e recomenda que os mesmos sejam submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Sinop – MT, 23 de março de 2018.

Sérgio Carvalho Aguiar

Francisco Fernandes de Sousa

Cleber José de Souza Villa Verde